

## Panorama das Pontes Binacionais do Brasil: padrões e contexto histórico.

*Dafne Vitória Paranhos de Araújo<sup>1</sup>*

### Resumo

O objetivo deste trabalho é compreender a evolução da política externa brasileira para a América do Sul tendo por fio condutor as diretrizes estabelecidas para as nove pontes binacionais do Brasil com ênfase nas duas mais recentes, a saber, Ponte sobre o Rio Tacutú, com a República da Guiana (2009) e Ponte sobre o Rio Oiapoque, com a Guiana Francesa (2016). Cada uma dessas Pontes Binacionais está arraigada a peculiaridades próprias das zonas de fronteira e respondendo às demandas do contexto a que são contemporâneas. A metodologia utilizada foi o estudo de caso exploratório, com ênfase na pesquisa bibliográfica para compreensão do contexto histórico, das fases da política externa brasileira e da temática decisiva nos acordos de formação das pontes estudadas. É possível concluir que um mesmo contexto histórico pode representar efeitos múltiplos, mas eles são fundamentais para elaborar estratégias de ação eficazes no cenário internacional atual.

**Palavras-chave:** *pontes binacionais, política externa brasileira, relações fronteiriças.*

### Abstract

The goal of this work is to understand the evolution of Brazilian foreign policy towards South America, having as basis the guidelines established for the nine binational bridges of Brazil, with emphasis on the two most recent ones, namely Ponte sobre o Rio Tacutú, with the Republic of Guyana (2009) and Ponte sobre o Rio Oiapoque, with French Guiana (2017). Each one of these Binational Bridges is rooted in the peculiarities of frontier zones and responding to the demands of the context to which they are contemporary. The methodology used was the exploratory case study, with emphasis on the bibliographical research to understand the historical context, Brazilian foreign policy phases and the decisive theme in the formation agreements of the studied bridges. It is possible to conclude that the same historical context may represent multiple effects, but they are fundamental to create effective action strategies in the current international scenario.

**Keywords:** *Binational Bridges, Brazilian Foreign Policy, Border Relations.*

## 1. Introdução

Para conhecer a evolução da Política Externa Brasileira através das fronteiras é necessário ter em mente que elas, sejam naturais ou artificiais, são resultantes de convenções ou imposições. Para Foucher (1993), as fronteiras se transmutam em discontinuidades geopolíticas, uma demarcação simbólica e imaginária, um limite espacial de exercício de uma soberania, ilustradas na imagem dos Estados Nacionais como *envelopes* terrestres, por meio das quais as fronteiras são suas díades, invenções elegantes e até mesmo superstições, mas fundamentais para a vida internacional.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do oitavo semestre do curso Relações Internacionais- Bacharelado, pela Universidade Federal do Amapá.

Essa pesquisa se configura em um estudo de caso exploratório o qual compreende a historiografia como estratégia de análise e possui como base documental artigos científicos e relatórios técnicos publicados em periódicos nacionais e internacionais que aprofundem a formação histórica das nove pontes binacionais do Brasil com seus vizinhos sul-americanos, e os dados estatísticos que a Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) apresenta a respeito do andamento dos projetos das pontes binacionais, assim como os acordos e discursos relativos a essas.

O trabalho se divide em três seções: a primeira trata dos conceitos fundamentais de fronteira e averigua a evolução histórica das relações internacionais do Brasil através da periodização da política externa brasileira (PEB) proposta por Cervo (2008). A periodização é a principal estratégia de análise, já que a ótica das teorias *mainstream* das Relações Internacionais é insuficiente, as teorias formadas pelo centro e para o centro capitalista não se adaptam à realidade da América do Sul, tampouco ao Brasil, considerados periferia.

A segunda seção analisa o papel das Pontes Binacionais do Brasil como reflexo de sua política externa voltada para a América do Sul em determinados contextos históricos, inserindo o processo de negociação e as aberturas das pontes binacionais na tendência histórica de cada período.

Por fim, na terceira seção, são discutidas as temáticas decisivas nos acordos de formação das pontes binacionais sobre o Rio Tacutú e Sobre o Rio Oiapoque na geopolítica brasileira, bem como os discursos ou a ausência deles na inauguração destas, o aproveitamento político da simbologia que elas representam e uma breve comparação a respeito dos efeitos provocados por ambas. A análise, portanto, como um estudo mais aprofundado, permite compreender as bases da interação “sinapse” do Brasil com seus vizinhos sul-americanos, e se faz imprescindível na elaboração de estratégias de ação mediante o cenário internacional atual.

## **2. A política externa brasileira para a América do Sul: paradigmas norteadores de cada período histórico.**

Esta seção abordará o estudo da evolução histórica da política externa brasileira a partir da periodização. Iniciando com uma discussão acerca da adequação dos paradigmas da política externa em detrimento das teorias *mainstream* das Relações Internacionais na compreensão do cenário sul americano, finalizando com um subtópico descritivo desses paradigmas na relação do Brasil com a América do Sul. O processo de compreensão das

dinâmicas que levaram à formação das pontes binacionais do Brasil, requer a historiografia como estratégia de análise.

A Historiografia nas Relações Internacionais tem ganhado ênfase após as décadas de 1980 e 1990 quando o mundo passou por transformações cada vez menos sutis, tornando alguns conceitos das teorias de Relações Internacionais defasados com considerável perda em sua consistência na explicação da realidade. Para Camargo (2013), por exemplo, as teorias passam a ser colocadas em xeque, pois elementos importantes da realidade não são contemplados por seu aspecto, como é o caso de teorias *mainstream*<sup>2</sup> do centro capitalista que não observam as demandas latino-americanas.

A análise da política externa brasileira requer diligência de um método que comporte as demandas próprias dos Estados considerados Periferia<sup>3</sup> ou Semi-periferia, para tal, as teorias clássicas das Relações Internacionais são insuficientes. Isto ocorre porque elas são epistemologicamente insuficientes e veiculam os interesses dos seus formadores nos explica Cervo (2008). Este acrescenta ainda que elas são forjadas do centro, pelo centro e para o centro do capitalismo ao mesmo tempo em que tentam ser demasiado abrangentes, mas não compreendem especificidades dos que se convencionaram ser chamados de semiperiféricos.

Chamon e Lage (2015) problematizam a periodização que parte de concepções pré-concebidas do Ocidente, pois eles tratam a periodização como uma prática política capaz de regular passado, presente e futuro, a qual produz novas formas de pensar e novas concepções a respeito da modernidade, isto é, fixam conceitos da história e do presente.

Semelhantemente, Saint-Pierre (2011) infere que os pressupostos vindos do centro têm sido assimilados de maneira acrítica pelo Brasil e pela América Latina em geral, e que essa assimilação se torna um perigo à soberania e à autonomia decisória nos assuntos de Defesa nacional.

Nesse aspecto, a História fornece uma compreensão mais ampla e adequada, já que as Relações Internacionais estão arraigadas a um processo histórico, o qual necessita ser contextualizado. Camargo (2013), por seu turno, afirma ainda que nem sempre os teóricos tiveram um diálogo com a historiografia para analisar os fenômenos no cenário internacional, mas essa realidade vem sendo transformada.

---

<sup>2</sup> As teorias *mainstream* correspondem ao debate clássico de teoria das relações internacionais como a teoria do Realismo e do Liberalismo. Fonter: Nogueira e Messari (2005)

<sup>3</sup> Segundo Wallerstein (2004), o sistema-mundo é dividido em Centro, Periferia e Semi-periferia, afirmando que a transição de periferia para o centro seria impossível pela desigualdade na divisão internacional do trabalho, sendo a Semi-periferia um estágio intermediário fictício, formado por países exportadores de produtos de baixo valor agregado que atingiram um certo nível de desenvolvimento acima da média periférica, mas que ainda assim, jamais ascenderão ao Centro.

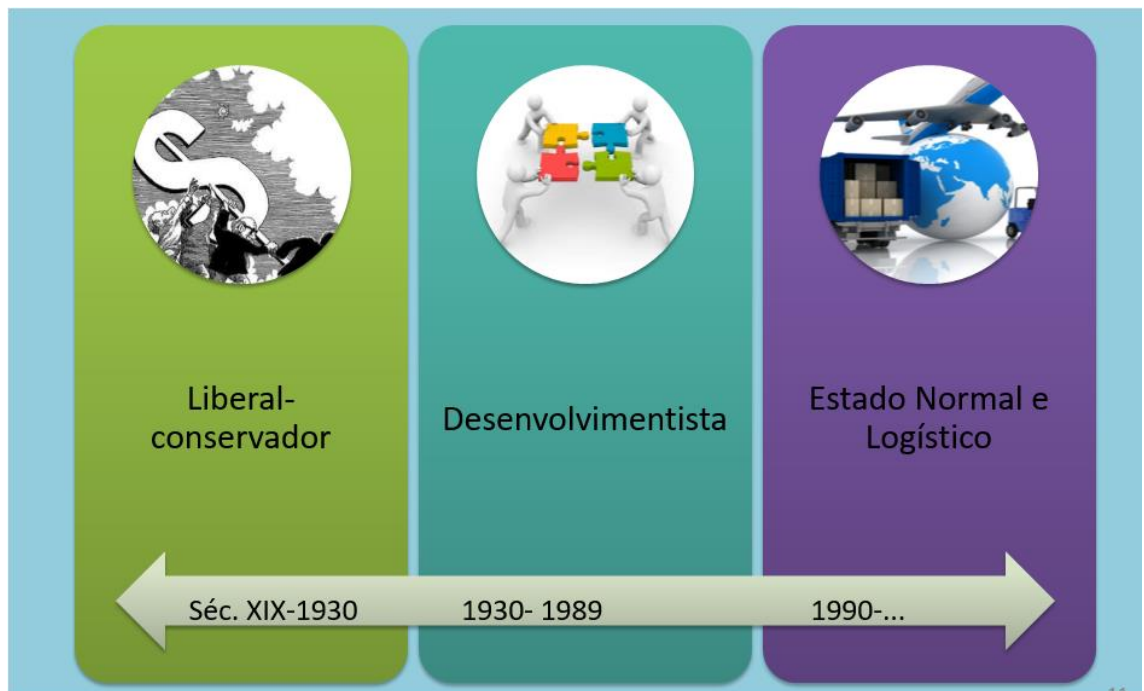
Pode-se compreender a projeção brasileira para a América do Sul em sua geopolítica quando ela se reflete na construção de pontes binacionais com seu entorno geográfico. Essas estruturas físicas são capazes de acarretar uma série de consequências para a política do Estado. Portanto, a compreensão de cada ponte binacional pode ser explanada pela análise paradigmática proposta por Cervo (2008), tal como desenvolvido no tópico seguinte.

## 2.1. Os três paradigmas da política externa brasileira.

Neste tópico será analisada a evolução histórica das relações internacionais do Brasil através da periodização da política externa brasileira proposta por Cervo (2008) para a América do Sul. Portanto, serão descritos os paradigmas que o autor aborda, em seguida, será preconizada a inserção das pontes binacionais do Brasil em cada tendência histórica.

A periodização proposta por Cervo (2008) divide a política externa brasileira em três períodos: Liberal-Conservador (séc. XIX-1930), Desenvolvimentista (1930-1989) e Estado Normal e Logístico (a partir de 1990), nesses paradigmas são analisados fatores internos, externos, econômicos, políticos e culturais que foram motivadores das negociações para formar pontes binacionais no Brasil (Figura 1).

Figura 1: Paradigmas da Política Externa Brasileira.



Fonte: Elaboração própria (2017) com base em Cervo (2008).

O período em que a Política Externa Brasileira era orientada por um paradigma Liberal-Conservador, decorre entre o século XIX a 1940. A nomenclatura “Liberal-Conservador” adotada pelo autor decorre de o fato do Estado brasileiro atuar de forma geopoliticamente soberana e conservadora após a independência, a fim de se afirmar como nação; mas economicamente subserviente ao Centro capitalista e por isso, enfraquecido e vulnerável em demasia liberal.

Os tratados bilaterais com o Centro capitalista foram o maior instrumento de política externa, conforme aponta Cervo (2008). Neste período, o Brasil firmou cerca de 19 tratados com os países centrais, sendo uma chamada “política das portas abertas” em que o interesse nacional se confundia com o dos grandes proprietários, de grande concentração de renda. Nesse período a relação com a América Latina não foi tão expressiva.

No período entre 1930-1989 o Brasil seguiu um paradigma de Estado Desenvolvimentista, com a ascensão de Vargas e do populismo, Cervo (2008) explana que essa parece ter sido uma tendência em toda a América Latina, pois a Quebra da Bolsa de Nova York em 1929 gerou uma crise profunda que levou o centro capitalista a se fechar economicamente em uma política protecionista<sup>4</sup>. Nessas circunstâncias, a periferia foi forçada a buscar alternativas para desenvolvimento, com autonomia decisória e uma diplomacia mais centrada nas negociações.

Esse paradigma apresenta o desenvolvimento como o vetor da política externa. Pautado em uma busca por vias alternativas de desenvolvimento, o Estado Brasileiro passou a negociar simultaneamente com as potências e com os países vizinhos, suas relações econômicas internacionais (CERVO, 2008).

O início desse período é analisado de maneira interessante por Travassos (1938). O autor, no que se refere às fronteiras, destaca a importância dos antagonismos da região do rio da Prata *versus* a região do rio Amazonas na geopolítica, e ressalta que a cooperação em detrimento da competição nas vias navegáveis foi notória nesse período. Reflexo, portanto, da transição do Estado Liberal-Conservador para o Desenvolvimentista, essa mudança de paradigma é apontada em:

E, quanto mais se manifestam os efeitos da pluralidade das comunicações, menos incisivas se tornam as linhas de qualquer espécie. Os rios, em algum tempo considerados como recursos dos mais capazes para delimitarem fronteiras, constituem

---

<sup>4</sup> Para uma leitura profunda, ver: ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*, (UNESP, Rio de Janeiro, 1995 p.282-283).

frisante exemplo desse fenômeno. As linhas d'água, que sempre foram obstáculo ilusório no ponto de vista militar, economicamente se mostram até como vinculadores das vertentes que lhes correspondem. Os grandes vales são verdadeiros eixos de compartimentos econômicos. Essa verdade ninguém pode contestar. (TRAVASSOS, 1938, p.30-2)

Travassos (1938) também cita o papel da ponte binacional sobre o rio Jaguarão (Ponte Internacional Barão de Mauá,) cuja construção data de 1927 a 1930, o limiar entre o Estado Liberal-Conservador e o Desenvolvimentista, como o primeiro marco do novo contexto de política sul-americana, ele argumenta que a ponte apresentou objetivo duplo com características de ambos os paradigmas:

A ponte sobre o rio Jaguarão é como um golpe de Jiu-jitsu, joga com a própria expansão platina, exagerando-lhe, inopidamente o alcance. O contra-golpe é pôr o território uruguaio, do sul do Rio Negro, também ao alcance de outras influências políticas que não as argentinas (TRAVASSOS, 1938, p.57)

Nesse contexto, o entendimento de Travassos (1983) ao tratar do momento de transição entre o período Liberal-Conservador e Desenvolvimentista. Este apresenta elementos que trazem luz à compreensão de que os períodos não são momentos taxativos de mudança brusca do paradigma da política externa, mas graduais. Por isso, a ponte Barão de Mauá tem a funcionalidade de abrir a via cooperativa pelos rios, os quais passam a ser vistos mais como oportunidade econômica do que como barreiras sem, todavia, perder de vista os objetivos geopolíticos característicos do período anterior de marcante afirmação da soberania brasileira na sua projeção internacional.

Ainda no período desenvolvimentista, Becker e Egler (1993) chamam atenção para o movimento de modernização conservadora, pois os militares a partir de 1964 tomaram o poder e nos anos 1970 o Brasil mudou seu status na Divisão Internacional do Trabalho de Periferia para Semi-Periferia. Neste caso, os militares tiveram o papel de levar um projeto geopolítico para modernidade de maneira contraditória<sup>5</sup>. Foi no período desenvolvimentista que se proliferaram a maior gama de acordos, demonstrações de interesses e aberturas de pontes binacionais com uma finalidade preponderantemente econômica (Figura 2).

---

<sup>5</sup> Becker e Egler (1993) consideram que a ditadura militar promoveu uma modernidade conservadora e por isso contraditória, pois se valeu de uma via autoritária para a modernização “de cima para baixo” com a industrialização amparada pela burocracia estatal.

Figura 2: Abertura das Pontes Binacionais do Brasil.



Fonte: Elaboração própria (2017) com base em Cervo (2008).

Os Estados “Normal” (1990-2002) e Logístico (2000-...) são subsequentes, mas durante a Era Cardoso eles se apresentaram ainda imbricados. O modelo desenvolvimentista principalmente formado pelos militares, fomentou sua própria ruína pois levou a um grande endividamento nos anos 80, assim, marcado pela frase de Domingo Cavallo<sup>6</sup>: “nosotros queremos ser normales”.

Em 1990 surge o Estado “Normal”. Cervo (2008) aponta esse período como uma tendência latino-americana, marcada pela ascensão de governos neoliberais monetaristas, que mais uma vez abriram o mercado ao grande capital e perderam sua autonomia decisória em face das instruções que devem ser seguidas como condição dos empréstimos oferecidos pelo centro, esse regresso dura até 2002.

Saraiva (2007) afirma que a partir do governo de Itamar Franco, em 1993, a Política Externa Brasileira seguiu os eixos de cooperação sul-sul conforme a ordem internacional, principalmente com a América Latina. O Brasil possuía perspectivas hegemônicas para a América do Sul, visando ganhos comuns para os países (SANTOS, 2014), uma vez que,

<sup>6</sup> Ministro das Relações Exteriores de Menem, Presidente da Argentina (1989-1999), afirmou que “ser normal” seria seguir as diretrizes do Centro capitalista, abrindo os mercados de consumo, valores e serviços ao grande capital e se entregando ao neoliberalismo (CERVO, 2008).

diante da maior concorrência global por mercados, os países periféricos encontraram no regionalismo uma forma de serem economicamente competitivos.

A crise no desenvolvimento e o aumento da inflação que assolaram os países latino-americanos na década de 1990 também são responsáveis pela necessidade de buscar vias cooperativas e integrativas para solucionar os problemas de desenvolvimento e inserção internacional. Essa ideia é expressa no princípio da *soberania compartilhada*, da *autonomia pela participação* e da *não indiferença*, sendo o último o fator que rege a relação brasileira com a República da Guiana e norteou a criação da Ponte Sobre o Rio Tacutú.

A política externa brasileira passou a conferir preferência à América do Sul durante a Era Cardoso<sup>7</sup>. Cervo (2008) afirma que nesse momento os paradigmas Estado Normal e Estado Logístico estariam imbricados de modo que, enquanto o “Normal” estava em vigência, o Estado Logístico passou a “ensaiar”, associando liberalismo, capitalismo e desenvolvimentismo, recuperando a autonomia decisória com alguma interdependência e se destacando pelo apoio logístico aos empreendimentos. Nesse aspecto ressalta-se a importância da Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA) na formação das pontes binacionais desse período.

No governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011), foi fortalecida a visão autonomista de forma mais enérgica, perspectivas de desenvolvimento, integração regional e o fortalecimento do princípio de não intervenção regem a iniciativa brasileira de virar hegemonia na América do Sul, baseada na solidariedade (SANTOS, 2014).

Nesse contexto, tanto a ponte sobre o rio Tacutú (2009) quanto a ponte sobre o Rio Oiapoque (2017) têm na Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana, a base fundamental de sua construção. Gehre e Gomes (2013) afirmam que a expectativa da Ponte sobre o rio Tacutú data desde 1970, e que em 2001, um ano após a formação da IIRSA, o projeto fora retomado pela referida Iniciativa de Integração para estimular os fluxos comerciais entre os países; tendo sua conclusão em 2009 após uma longa negociação sobre transporte. Percebe-se nesse exemplo o papel decisivo da logística como variável na política externa do Brasil, característica do paradigma Estado Logístico.

Tem-se verificado, portanto, que cada ponte pode representar possibilidades diversas, e a periodização como estratégia de análise norteia a compreensão da finalidade de cada uma delas. O período Desenvolvimentista, por exemplo, é o que concentra cinco dos nove acordos

---

<sup>7</sup> A Era Cardoso corresponde, segundo Cervo (2008) ao período entre 1990 e 2002 abrangendo inclusive parte do governo de Fernando Collor (1990-1992)/ Itamar Franco (1992-1995) em razão do padrão de condução da política externa de abertura ao centro capitalista.



de criação das pontes binacionais<sup>8</sup>, pois nessa conjuntura o Estado teve de buscar alternativas para além da dependência do centro capitalista, encontrando na relação com os vizinhos uma das alternativas.

No período de Estado Normal, o regionalismo aberto do Brasil se contrapunha à dependência do Centro capitalista, em decorrência do endividamento externo. Ao passo que, durante o Estado Logístico, o país passou a reproduzir o modelo do centro capitalista, buscando promover estabilidade a longo prazo, associando o liberalismo ao desenvolvimentismo através de investimentos na logística e nas redes de transporte modal para aquecer o comércio internacional através na integração sul-americana pela infraestrutura. Os resultados desse processo foram as duas pontes inauguradas somadas a diversos projetos de infraestrutura a serem discutidos.

### **3. Do afastamento ao desenvolvimento conjunto: as pontes binacionais do Brasil como reflexo da projeção brasileira para a América do Sul em três blocos históricos.**

Nesta seção, será aprofundada a inserção das pontes binacionais nos contextos relevantes para a formação dessas estruturas físicas. Ainda levando em consideração a periodização de Cerco (2008), aqui as nove pontes binacionais serão divididas em três blocos históricos, sendo o Bloco Um marcado pelo desenvolvimentismo e pelo conservadorismo; o Bloco Dois, pela democratização política e normalização econômica, e o Bloco Três, pela busca de um desenvolvimento conjunto da América do Sul através da Integração.

As Relações Internacionais com os países vizinhos são um processo complexo e demanda a diligência do Brasil em razão do alto grau de continentalidade que o país apresenta. No decorrer da História da Política Externa Brasileira, as ações voltadas para a América do Sul sofreram diversas transformações, e elas se refletem na passagem de um grau menos elevado de interações para a iniciativa de integração física com esses países na formação de pontes binacionais.

Segundo o Ministério da Integração (BRASIL, 2005), as interações com os países vizinhos podem apresentar múltiplos modelos, eles são: a margem, que apresenta pouco contato pela ausência de infraestrutura entre os vizinhos; a zona-tampão, que se configura em um bloqueio do Estado de acesso à outra margem, seja por meio de unidade de conservação

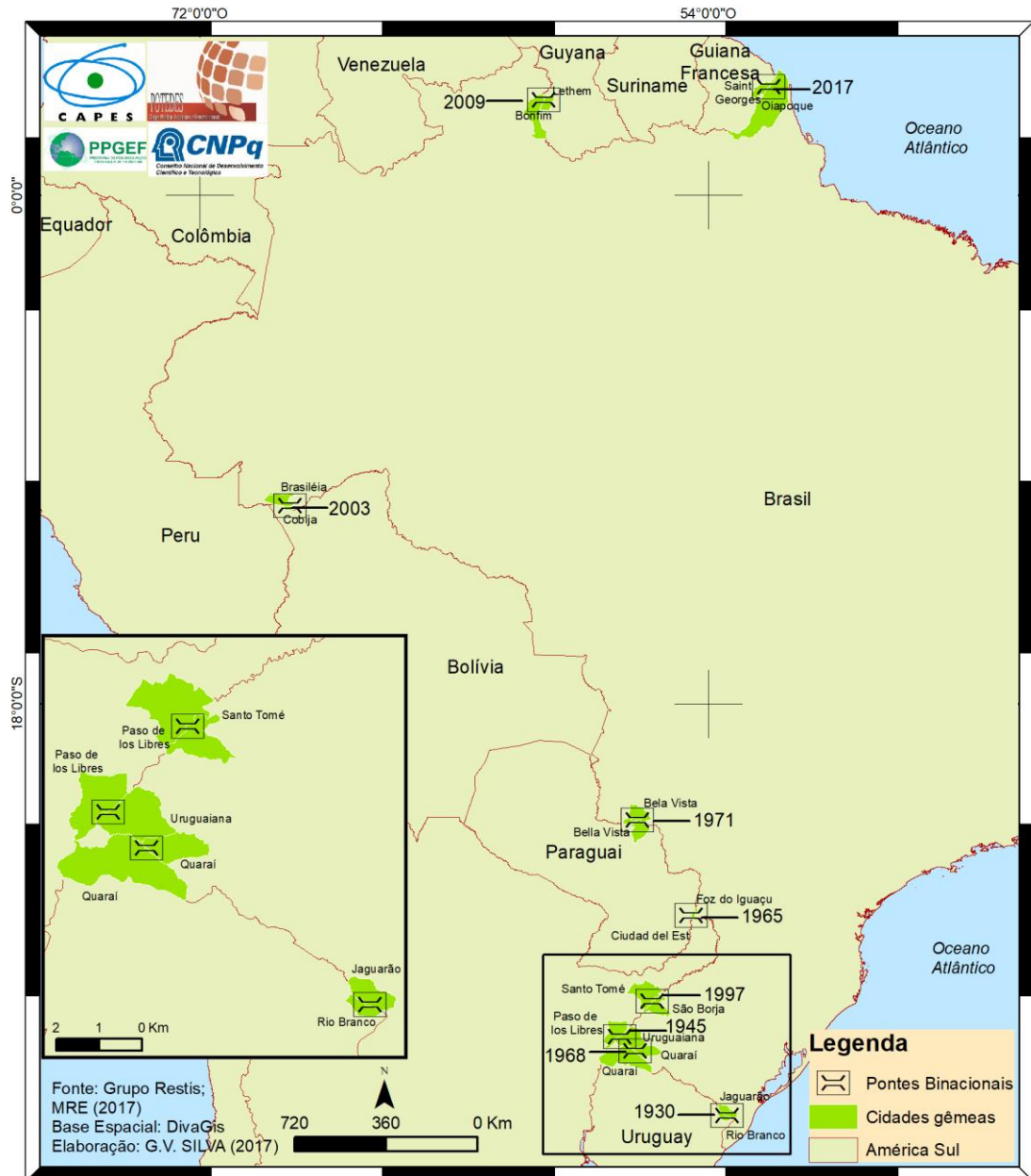
---

<sup>8</sup> A saber, Ponte Getúlio Vargas (1934), Ponte Concórdia (1949), Ponte da Amizade (1956), Ponte Bela Vista (abertura em 1971) e Ponte São Borja (1989).

ou reserva; as frentes, que são formadas por dinâmicas espaciais culturais, militares ou indígenas; a interação capilar, que se caracteriza pela interação local intensa e espontânea sem a intervenção do Estado; e sinapse, que representa o maior grau de troca entre as populações, marcado pelo apoio dos Estados na formação de infraestrutura como as pontes binacionais.

O Estado brasileiro faz fronteira com nove países e com a coletividade ultramar da França, dos quais seis, a saber, Guiana Francesa, República da Guiana, Bolívia, Uruguai, Argentina e Paraguai, atingem teoricamente, o modelo “Sinapse” (MRE, 2011), mais elevado grau de interação com o Brasil, segundo Ministério da Integração Nacional, devido a presença das Pontes Binacionais cuja localização geográfica pode ser observada no mapa da figura 3:

Figura 3: localização geográfica das pontes binacionais do Brasil



São contabilizadas, portanto, nove pontes binacionais no Estado Brasileiro, são elas: Ponte sobre o Rio Oiapoque (Guiana Francesa), Ponte sobre o Rio Tacutú (República da Guiana), Ponte Binacional Wilson Pinheiro (Bolívia), Ponte Internacional Barão de Mauá (Uruguai), Ponte Internacional da Concórdia (Uruguai), Ponte Internacional Getúlio Vargas – Augustín Pedro Justo (Argentina), Ponte Internacional São Borja/ Santo Tomé (Argentina), Ponte da Amizade (Paraguai) e Ponte Bela Vista- Bella Vista (Paraguai) (Quadro 1):

Quadro 1: Inauguração das Pontes Binacionais.

PONTE BINACIONAL	LADO BRASILEIRO	PRESIDENTE	LADO ESTRANGEIRO	PRESIDENTE
1-Barão de Mauá (1930)	Jaguarão (RS)	Getúlio Vargas	Rio Branco- Depto de Cerro Largo (Uruguai)	Juan Campisteguy
2- Getúlio Vargas – Agustín Pedro Justo (1945)	Uruguaiana (RS)	Eurico Gaspar Dutra	Paso de Los Libres- Corrientes (Argentina)	Juan Perón
3- Ponte da Amizade- Alfredo Stroessner (1965)	Foz do Iguaçu (PR)	General Castelo Branco	Ciudad del Este- Depto do Alto Paraná (Paraguai)	General Alfredo Stroessner
4- Ponte Concórdia (1968)	Quaraí (RS)	General Costa e Silva	Artigas- Artigas (Uruguai)	Jorge Pacheco Areco
5- Bela Vista- Bella Vista (1971)	Bela Vista (MS)	Emilio Garrastazu Médice	Bella Vista- Amambay (Paraguai)	General Alfredo Stroessner
6- São Borja- Santo Tomé (1997)	São Borja (RS)	Fernando Henrique Cardoso	Santo Tomé- Corrientes (Argentina)	Carlos Menem
7- Wilson Pinheiro (2003)	Brasiléia (AC)	Luís Inácio Lula da Silva	Cobija- Dept. de Pando e Província Nicolás Suárez (Bolívia)	Carlos Mesa
8- Rio Tacutu (2009)	Bonfim (RR)	Luís Inácio Lula da Silva	Lethem- Região 9 da Guiana (Guiana)	Bharrat Jadgeo
9- Rio Oiapoque (2017)	Oiapoque (AP)	Michel Temer	Saint George do Oiapoque- Guiana Francesa	François Hollande

Fonte: Elaboração própria (2017) com base em Cervo (2008).

Cada uma dessas Pontes Binacionais está arraigada a peculiaridades próprias das zonas de fronteira como espaço de interação e intercâmbio (e não simplesmente uma área limítrofe) as quais abrem margem para estratégias de ação conjunta pela construção das relações entre os dois países vizinhos, além de desenvolver uma nova dinâmica espacial entre as cidades gêmeas (SILVA, 2014a).

A história da política externa permite avaliar o processo de negociação mediante a conjuntura geopolítica de cada período, conhecer a motivação para estabelecer maior cooperação entre os países e, comparativamente, entender as peculiaridades de cada período na relação fronteiriça é crucial para lidar com os desafios do presente tendo em vista as potencialidades das relações no modelo sinapse que o Brasil dispõe para desenvolvimento conjunto com os países vizinhos, através da análise historiográfica que permite, nas Relações Internacionais, a compreensão e elaboração de estratégias de ação mediante o cenário internacional atual.

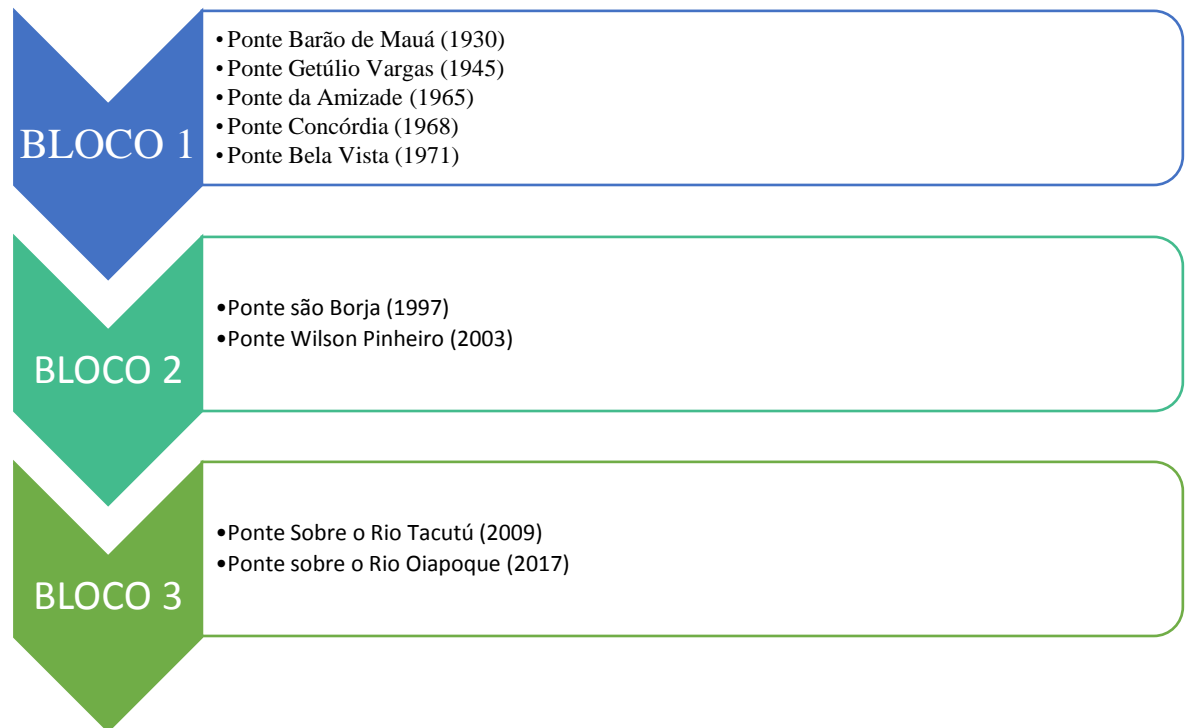
### **3.1. Nove pontes em três blocos históricos**

Visando facilitar o estudo através da sistematização de seu conteúdo, neste tópico as nove pontes binacionais serão divididas em três blocos conforme o período relativo à formação de cada uma delas, considerando não somente o ano de inauguração, mas a origem dos acordos e a tendência marcante da política externa.

As pontes binacionais respondem a expectativas que são geradas em cada período. Para compreender a dinâmica nacional e o interesse envolvido em cada uma delas, é válido distribuir as pontes binacionais em, no mínimo, três blocos históricos levando em consideração a periodização proposta por Cervo (2008) e as principais datas referentes a acordos, negociações e inauguração das pontes, pois em muitos casos verifica-se que há uma morosidade nas negociações podendo uma ponte ser fruto de mais de um período. Nesses casos, a ponte é alocada no bloco histórico mais decisivo para a sua formação e determinante em sua finalidade.

O primeiro bloco compreende cinco pontes: a ponte Barão de Mauá cujas negociações datam de 1927 e inauguração em 1930, no começo das transformações do Estado Liberal-Conservador para o Estado Desenvolvimentista (CERVO, 2008); a ponte Getúlio Vargas que foi planejada desde 1934 pelo presidente a que o nome se refere e inaugurada em 1945; a ponte da Amizade, de 1956 a 1965; a ponte Concórdia, de 1949 inaugurada somente em 1968; a ponte Bela Vista inaugurada em 1971. Os blocos subsequentes compreendem duas pontes cada, o Bloco Dois com as pontes São Borja, cuja negociação inicia em 1989 e inauguração data de 1997, na fase de transição para o Estado Normal e a ponte Wilson Pinheiro inaugurada em 2003; enquanto o terceiro bloco apresenta a ponte sobre o rio Tacutú cujos projetos iniciais de formação datam da década de 1970, retomados pela IIRSA em 2001 e inaugurando a ponte em 2009, e a ponte sobre o rio Oiapoque, planejada desde 2002 e inaugurada em 2017, ambas referentes ao Estado Logístico. Essa divisão é ilustrada na figura 4:

Figura 4: Blocos de Pontes Binacionais separadas por contexto histórico com a data de inauguração. Fonte: autoral.



Conforme explana Santos (2014) em um panorama histórico da relação do Brasil no discurso e na prática diplomática com seus vizinhos, é perceptível no período pós-independência uma rígida oposição do Brasil para com os países hispano americanos. Essa realidade era expressiva na diplomacia nacional porque o regime absolutista adotado pelo Brasil, segundo os moldes europeus provocava uma certa aversão em relação às repúblicas vizinhas, vistas como “o outro” inferior e não-civilizado, razão pela qual o período de Estado Liberal-Conservador tem o processo de integração física praticamente esvaziado.

Por conta da inexpressividade desse paradigma, os blocos indicativos do contexto histórico a que as pontes binacionais estão atreladas, iniciam pelo Estado Desenvolvimentista e não pelo Liberal-conservador, seguido do segundo bloco, que se refere ao Estado normal e o terceiro bloco, ao Estado Logístico. Vale ressaltar que Cervo (2008) não propõe uma divisão taxativa de um paradigma para outro, mas gradual tendo as datas de início e término como indicativas, e até mesmo um “ensaio” do último paradigma ainda durante a “vigência” do seu antecessor.

### 3.1.1. Bloco Um: Desenvolvimentismo e Conservadorismo

Este bloco inicia-se a partir da proclamação da república, já que o distanciamento brasileiro em relação aos países vizinhos analisado por Santos (2014) começa a ser revertido. Segundo o autor, o Brasil passa a incluir em seus discursos a expressão “América Latina” visando o entendimento e a cordialidade com os vizinhos, conforme averiguado por Travassos (1938).

Essa tendência se intensifica durante os primeiros 25 anos da República dividido em dois subsistemas: um americano comandado pelos Estados Unidos, e outro ao Sul onde Brasil Argentina e Chile detinham certa autonomia. Destacou-se também nesse período a solidariedade hemisférica em conferências pan-americanas vinculadas à influência norte americana.

Sobre o aumento gradativo da tendência brasileira a voltar os olhos para o seu entorno geográfico, Hurrell (1995) afirma que se trata de uma formação de consciência regional, podendo se apoiar tanto em fatores internos, quanto em fatores externos como a alteridade e a presença de uma ameaça política. No caso do regionalismo latino-americano, a ameaça da hegemonia norte-americana é uma grande influência.

Essa mudança no foco de diplomacia e comércio exterior do Brasil se intensificou com a Quebra da Bolsa de Nova York, que é o marco escolhido por Cervo (2008) para a mudança paradigmática para um Estado Desenvolvimentista. Em 1930, o presidente Getúlio Vargas inaugurou a ponte binacional Barão de Mauá, sobre o rio Jaguarão construída pelo Uruguai como pagamento de uma dívida histórica, vista por Travassos (1938) como a representação de um novo contexto da política sul-americana, por ser pioneira na região, e trouxe o efeito barreira para a expansão platina além de atrair o Uruguai para uma zona de influência diferente da argentina, a brasileira.

A partir dessa análise, verifica-se claramente a referência à diplomacia do Barão do Rio Branco e aos três objetivos da política externa brasileira no período: a definição das fronteiras, o aumento do prestígio internacional do país, bem como a aliança não escrita com os Estados Unidos, características claras do paradigma Liberal-Conservador e a afirmação da liderança brasileira na América do Sul, a qual apresenta uma inclinação maior para o Estado Desenvolvimentista. Os vizinhos eram, portanto, “rivais permanentes” ou adversários por ocasião, segundo Santos (2014).

Nessa perspectiva, o Tratado ABC (entre Argentina, Brasil e Chile) foi uma tentativa de bloquear os interesses imperialistas dos Estados Unidos e da Europa na América do Sul e reduzir os riscos de conflito entre os Estados contratantes, os meios conservadores para o

desenvolvimento permearam as expectativas de formação da ponte Barão de Mauá e as demais relativas ao período em menor ou maior grau de conservadorismo.

Nessa conjuntura, início da Era Vargas (1930-1945), que marca de fato a transição para o Estado Desenvolvimentista, o movimento pendular em relação aos Estados Unidos foi o ponto chave da Política Externa Brasileira. Durante a Guerra Fria, o Pan americanismo dos EUA com ênfase na questão militar deu pouco espaço para política pendular<sup>9</sup> com o Brasil, além disso, a atenção da hegemonia norte-americana estava voltada para a reconstrução europeia.

Além disso, a vaga ajuda oferecida pelo TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca) condicionada à abertura do mercado latino americano, gerou frustração no Brasil. Nesse período foi inaugurada mais uma ponte binacional, a ponte Getúlio Vargas fruto do movimento pendular e visada como tentativa de acentuar a via alternativa de política externa: a relação com os vizinhos.

Percebe-se, portanto, a quão atrelada aos movimentos da hegemonia americana, a política externa brasileira se tornou. Durante a guerra da Coreia (1950-1953) foi retomada a barganha nacionalista e o chanceler João Fontoura tentou equacionar segurança e desenvolvimento também inserindo o Brasil no grupo de países subdesenvolvidos, na tentativa frustrada de movimentar o espectro das relações exteriores para uma alternativa aos Estados Unidos.

O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) abandonou o alinhamento com os Estados Unidos e lançou em 1958 a operação pan-americana, a qual promoveu maior identificação do Brasil com seus vizinhos, substituindo a política externa bilateral com os grandes centros pelo multilateralismo e aproximação bilateral da América Latina. O presidente J.K. já estaria em negociação com o Paraguai para a formação da ponte da Amizade, inaugurada somente em 1965 pelo general Castello Branco e pelo presidente paraguaio responsável pela negociação da mesma, general Alfredo Stroessner.

É válido compreender que o pensamento dos militares em política externa era norteado pela intenção de aumentar a relevância do Brasil no cenário internacional, adequando sua inserção no mundo com a sua posição geográfica e acervo histórico-cultural, conforme expressa Garcia (1997). Esse anseio culminava na abertura de um caminho próprio para a criação de um novo centro de poder independente na América do Sul, o que se

---

<sup>9</sup> Magnoli (2004) afirma que a política externa brasileira ora se afastava, ora se aproximava do Estados Unidos em uma característica pendular, essa tática seria destinada a ampliar a autonomia nacional no plano externo. Para uma leitura mais ampla: Roberto Gambini, *O duplo jogo de Getúlio Vargas* (São Paulo: Símbolo, 1977)



configura na chamada “construção da potência”, segundo o autor, ligada ao projeto nacional-desenvolvimentista dos militares.

O governo militar de Castello Branco (1964-1967) começou com a modificação radical da PEB para uma bipolarização rígida e formação de círculos concêntricos de solidariedade que começam na América Latina, expandindo-se para o continente americano e por fim, para a Comunidade Ocidental.

Por conta disso, a propaganda militar disponibilizada pela Agência Nacional (1965) na inauguração da Ponte da Amizade voltou a reproduzir o discurso de superioridade brasileira em relação aos vizinhos e apresentou a ponte como “a realização do sonho paraguaio de finalmente ter acesso ao Brasil” além de ser um instrumento eficiente para fiscalizar e combater o narcotráfico, acentuando o efeito barreira da integração física.

Seguindo o pensamento dos militares, o governo Costa e Silva (1967-1969) promoveu a *Diplomacia da Prosperidade*<sup>10</sup>. Garcia (1997) aponta que nesse momento da política externa começaram a ficar nítidas as divergências entre o Brasil e os Estados Unidos em orientação política. A bipolarização foi abandonada e a ênfase da PEB passou totalmente para o desenvolvimento econômico e identificação primordial com os países em desenvolvimento.

Durante o governo Costa e Silva foi inaugurada a ponte Concórdia com o Uruguai em 1968, o que trouxe à tona o tratado da Bacia do Prata, o qual visou o desenvolvimento harmônico e a integração física da bacia do Prata e sua área de influência, mas também uma velada disputa pela energia dos rios com a Argentina, segundo Santos (2014).

O governo Médici, por sua vez, visou a diplomacia do interesse nacional, aceleração do crescimento econômico, e uma política externa com a ideia de que o Brasil é uma potência emergente pronta para assumir suas responsabilidades na América Latina (SANTOS, 2014), cooperando com ela, num pragmatismo responsável. A crise do petróleo e as fricções com os Estados Unidos acarretaram a uma acentuada identificação não só com a América Latina, mas com o terceiro mundo como um todo, isso se refletiu na inauguração da ponte Bela Vista, segunda ponte com o Paraguai, em 1971.

A partir de então, observa-se um declínio na inauguração e negociação de pontes binacionais. Magnoli (2004) afirma que o governo de Giesel (1974-1979) abandonou a retórica terceiro-mundista mas manteve o anseio de influência do Brasil como potência média na região.

---

<sup>10</sup> Segundo Fajardo (2004), a *Diplomacia da Prosperidade* aponta para a ação conjunta dos países em desenvolvimento como alternativa para superar obstáculos ao desenvolvimento social e econômico, abandonando o foco em Segurança e Defesa e visa a paulatina integração regional embora mantendo a identidade e o interesse nacional.

Contudo, a partir do governo do presidente Figueiredo (1979-1985) a política externa brasileira passa a sinalizar uma aproximação com a América do Sul. Fajardo (2004) aponta que a adoção de uma *Diplomacia do Universalismo*<sup>11</sup> provocou essa aproximação verificada nas negociações sobre a hidrelétrica de Itaipú, pois através do Acordo Tripartite (1979) com a Argentina e o Paraguai foram solucionados os conflitos acerca do aproveitamento dos rios da região do Prata com a Argentina.

Essa conjuntura, porém, não conferiu maior expressividade ao governo no que tangem o fomento da formação de pontes binacionais com os vizinhos sul americanos, mas representa o início da mudança do discurso diplomático e do cenário que se verifica no bloco seguinte.

### **3.1.2. Bloco Dois: Democratização Política e Normalização Econômica**

Este bloco tem em seu contexto uma ruptura com a Ditadura Militar e a ascensão da Nova República. Tendo em vista o processo de redemocratização dos países da América do Sul, a marginalização da região, os problemas econômicos comuns e o endividamento externo, a conjuntura internacional reforçou os laços entre os latino americanos (SANTOS, 2014), culminando em diversas iniciativas integrativas como por exemplo o consenso de Cartagena, a Ata para Integração Brasil-Argentina e, finalmente, o Tratado de Assunção, em 1991, que deu origem ao Mercosul. Essa maior identificação brasileira com a identidade latino-americana é assegurada no parágrafo único do artigo quarto da Constituição Federal de 1988:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I - independência nacional;
- II - prevalência dos direitos humanos;
- III - autodeterminação dos povos;
- IV - não-intervenção;
- V - igualdade entre os Estados;
- VI - defesa da paz;

---

<sup>11</sup> Para Fajardo (2004), essa orientação da política externa promoveu uma ação diplomática motivada principalmente pela preocupação de assegurar os meios e recursos de ordem externa necessários à expansão da economia brasileira.

VII - solução pacífica dos conflitos;

VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;

IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

X - concessão de asilo político.

**Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.”** (BRASIL, 1988. Grifos da autora)

O presidente Collor (1990-1992), contudo, optou por uma modernização econômica e repúdio a retórica terceiro mundista. Além disso, Santos (2014) afirma que o Mercosul trouxe nova dimensão da identidade internacional do Brasil específica com o Cone Sul, não se confundindo com a identidade americana do sul como um todo, e o Mercosul teria sido usado apenas como “peão” da reinserção na economia mundial e liberalização comercial do Brasil. Uma gestão marcada, portanto, pelo paradigma do Estado Normal (Cervo 2008).

No início da década de 1990 a América do Sul se configurou pela redemocratização, esvaziamento do diálogo norte-sul, necessidade de reformas liberalizantes, mudança na estrutura dos Estados e busca de novas formulações políticas, segundo Santos (2014). Este analisa um novo cenário pós-Guerra Fria, sendo a democracia um mecanismo de consulta política e resultou no adensamento das relações entre países vizinhos e cristalização de novas identidades comuns.

Não obstante, a criação do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA) em 1992, desestruturou o tradicional binômio América do Sul e EUA, restando um sentimento de exclusão da região de todos os megablocos mundiais atrelada a um sentimento de liberdade para, juntamente com os demais países periféricos, se unir entre si em seus próprios blocos e se inserirem na nova ordem mundial.

Contudo, conforme Cervo (2008), o período ainda foi marcado pela dependência da América Latina em relação aos países do Centro capitalista, devido ao endividamento com estes. Diante dessa realidade, nenhuma ponte binacional foi construída ou negociada no primeiro momento do Estado Normal. O projeto da ponte sobre o rio Tacutú encontrava-se congelado desde a década de 1970 e nenhuma iniciativa foi efetiva para concretizá-lo.

A partir do governo Itamar Franco (1992-1995), a ênfase na América do Sul no discurso diplomático desencadeou a formação das duas pontes binacionais do Bloco Dois. Elas foram fruto do contexto de transição para o Bloco Três e do gradual desvencilhamento dos aspectos dependentistas do Estado Normal. Em 1993 Itamar Franco propôs a Área de

Livre Comércio da América Latina e do Caribe (ALAC) sem pretensões hegemônicas ou de liderança na região, mas logo foi solapada pela ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), iniciativa norte americana de retomada de influência na região.

Em seus mandatos, Fernando Henrique Cardoso teve dois momentos, segundo Santos (2014). De 1995 até 2000, a América do Sul ficava apenas no discurso, ao passo que de 2000 até o final do mandato em 2002, ele gestou a iniciativa das Reuniões dos Presidentes da América do Sul, tendo força em integração no campo da infraestrutura e comunicações e a interligação física com os países vizinhos foi proeminente em relação a ideia da ALAC no momento do Estado Normal em que Cerro (2008) diz ter o Estado Desenvolvimentista “agonizado” mas não sucumbindo de fato, enquanto o Estado Logístico “ensaiava”.

Dessa forma, Cardoso inaugurou em 1997 a Ponte São Borja e iniciou as negociações da ponte Wilson Pinheiro, sendo ela inaugurada em 2003 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas compreendendo sua formação ao período de transição do Estado Normal para o Logístico.

### **3.1.3- Bloco Três: Desenvolvimento Conjunto pela Integração**

O Bloco Três se insere no contexto de segunda Fase do governo de Cardoso, a partir dos anos 2000, quando o Estado Logístico ganha maior proeminência. As Relações Exteriores do Brasil são voltadas para a integração regional com ênfase na integração física. Surgiu também, uma necessidade de criação da área de livre comércio entre Mercosul e Comunidade Andina, construindo assim, um espaço de prosperidade compartilhada.

Neste período, a integração se tornou imprescindível como via para o desenvolvimento. Segundo a análise de Santos (2014), a temática de integração passou a dar atenção às fronteiras do Brasil como um todo (não apenas no Cone Sul), inclusive ao Arco Norte do país, até então vilipendiado nesse processo.

Além disso, o autor entende que o Seminário sobre América do Sul visava promover formação de um *front* comum de defesa contra efeitos perversos da globalização, resistir aos Estados Unidos e à ALCA, e a inserção proveitosa nos grandes fluxos de comércio. Não obstante, na Primeira Reunião dos Presidentes da América do Sul, o ponto “c” se referia a infraestrutura da integração em: energia, transporte e telecomunicações assim como a um plano de ação para criar um espaço econômico ampliado entre Mercosul e América Andina consubstanciados na Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana.

A Segunda Reunião dos Presidentes da América do Sul foi em 2002, quando foi firmado o consenso de Guayaquil sobre integração, segurança e infraestrutura para o desenvolvimento, motivado pelo empenho comum em formar um espaço integrado na infraestrutura entre os países da América do Sul, para que façam parte das correntes internacionais de capitais, bens, serviços, tecnologia.

O Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) foi diferente. Celso Amorim aponta esse contraste, a primazia sul americana se tratava de uma estratégia de transformação da ordem internacional e da busca de uma melhor inserção internacional não só para o Brasil, mas também para seus vizinhos (SANTOS, 2014). Foi formada uma nova Política Externa Brasileira com espaço econômico unificado, livre comércio e infraestrutura, se diferenciando de Fernando Henrique Cardoso na intensidade do entusiasmo na integração Sul Americana. Esse governo foi responsável pela criação de uma subsecretaria geral da América do Sul no Itamaraty, pelo fomento das embaixadas na região, mudança do tom a respeito da liderança, afirmando que os países esperam que o Brasil assumira a liderança e seja um parceiro defendendo os interesses da região, e empenho na busca de soluções comuns para os problemas comuns.

Esse período foi marcado pela inserção internacional do Brasil através da unidade sul americana em identidade, integração política, social, humana, troca de experiências no combate a fome e pobreza, contato entre governos e sociedades, inserção de países andinos na formação de identidade: consubstanciado no Tratado de Cooperação Amazônica. Além de tentar desobstruir a cooperação andina, comunidade sul americana das nações, sendo regido por três pilares básicos: diálogo, política e integração de capitais e transporte (SANTOS 2014).

#### **4. Pontes sobre o Rio Tacutú e sobre o Rio Oiapoque: interesses e contexto histórico**

Esta seção se põe à missão de verificar, os interesses brasileiros na formação das pontes sobre o Rio Tacutú e sobre o Rio Oiapoque, a partir do estudo do contexto histórico, da análise das temáticas decisivas nos acordos e dos discursos presidenciais no ato da inauguração. A partir de então, será possível compreender pontos de divergência e potencialidades diversas em cada uma delas, embora sejam fruto de um mesmo paradigma.

A mudança paradigmática da Política Externa Brasileira do Estado Normal para o Estado Logístico, se apresentou, segundo Cervo (2008) como uma tendência Sul-Americana e não como ações isoladas do Brasil, justamente porque refletem uma mudança na tendência

mundial e nas relações nas fronteiras, com o acirramento da competitividade no mercado cada vez mais globalizado. Tal realidade levou os Estados a se unirem em regionalismos como “*conditio sine qua non*” para sua inserção internacional.

Dessa forma, as fronteiras passam a ser, como afirmam Silva e Rückert (2009) áreas de transição, de interface e/ou comutadoras, o que fomenta a integração física como questão de interesse nacional como um novo papel estratégico de estreitamento de vínculos, mas também capazes de transbordar para a segurança e defesa, educação, saúde e para melhoria da condição e vida da população local.

As Pontes sobre o Rio Oiapoque e sobre o Rio Tacutú são fruto desse novo cenário de interesse integrativo sem precedentes na história brasileira. Embora elas tenham sido as duas pontes inauguradas de fato, o período do Estado Logístico (Bloco Três) conta com mais de uma dezena de projetos concernentes a formação ou melhorias de Pontes Binacionais já existentes, entre eles se destacam como novidades integrativas do período os Acordos citados no Quadro 2 abaixo:

*Quadro 2: Acordos de Pontes Binacionais durante o Estado Logístico.*

Ponte:	Lado Brasileiro	Lado Estrangeiro	Ano de Celebração do Acordo	Vigência
<b>Ponte Sobre o Rio Oiapoque</b>	Oiapoque	Saint-Jorge-Guiana Francesa	05/04/2001	Em Vigor
<b>Ponte Sobre o Rio Acre</b>	Assis Brasil	Iñapari- Peru	11/04/2003	Substituído
<b>Ponte Sobre o Rio Acre</b>	Assis Brasil	Iñapari- Peru	30/09/2003	Em Vigor
<b>Construção de uma Ponte Rodoviária sobre o Rio Oiapoque</b>	Oiapoque	Saint-Jorge-Guiana Francesa	15/07/2005	Em Vigor
<b>Segunda Ponte Internacional sobre o Rio Paraná</b>	Foz do Iguaçu	Puerto Presidente Franco- Paraguai	08/12/2005	Em Vigor
<b>Ponte sobre o Rio Mamoré</b>	Guajará-Mirim	Guayaramerin-Bolívia	14/02/2007	Em Vigor
<b>Segunda Ponte Internacional sobre o Rio Jaguarão</b>	Jaguarão	Rio Branco-Uruguai	26/02/2007	Em Vigor
<b>Ponte Internacional sobre o Rio Peperi-Guaçu</b>	Cidades de Paraíso	San Pedro-Argentina	31/01/2011	Em Vigor
<b>Ponte Rodoviária Internacional</b>	Porto Murtinho	Carmelo Peralta-Paraguai	08/06/2016	Tramitação Congresso Nacional

<b>Sobre o Rio Paraguai</b>				
-----------------------------	--	--	--	--

*Fonte: Ministério das Relações Exteriores.*

Nessa conjuntura, a IIRSA foi fundamental para dar andamento aos projetos de formação de pontes binacionais. A IIRSA nasceu na Primeira Reunião de Presidentes da América do Sul em 2000 como uma proposta de empenho conjunto de 12 líderes sul-americanos para impulsionar o desenvolvimento político, econômico e social da região, como um espaço único de democracia, paz, cooperação, solidariedade, integração (IIRSA, 2011).

A IIRSA possui diversos eixos de integração, o Escudo das Guianas engloba o Brasil, a Guiana, a Guiana Francesa, o Suriname e a Venezuela, sendo a infraestrutura o elemento-chave da integração, a superação das barreiras geográficas é essencial no desenvolvimento desse eixo (LIMBA E MATOS, 2013), resultando na formação das pontes sobre o Rio Tacutú e Oiapoque que conectam áreas de difícil acesso no continente permitindo maior fluidez em todo o eixo de integração.

A proposta da IIRSA está envolta de críticas por seu caráter tecnocrático, pelas denúncias de exploração de recursos Sul-Americanos sem trazer ganhos esperados para a população local, com uma visão economicista que afasta a realidade do discurso (DHENIN, 2015). Essa atuação é típica do Estado Logístico e produz efeitos diversos conforme a realidade de cada caso, sendo nítido no estudo da Ponte sobre o Rio Tacutú e sobre o Rio Oiapoque algumas semelhanças e divergências em efeitos esperados no mesmo momento histórico.

#### **4.1. Ponte sobre o Rio Tacutú**

Neste tópico será estudado o histórico das relações do Brasil com a República Cooperativa da Guiana, bem como o interesse envolvido na formação da ponte binacional sobre o rio Tacutú, apresentando desafios e potencialidades dessa fronteira a partir do estudo historiográfico.

Figura 5: Ponte sobre o Rio Tacutú.



Fonte: Portal Vermelho <http://vermelho.org.br/noticia/169631-1>

A República Cooperativa da Guiana até o início da década de 1990 foi considerada um Estado “vizinho distante” não apenas do Brasil, mas da América do Sul como um todo. Segundo o Ministério das Relações Exteriores, o histórico dessa relação entre o Brasil e a Guiana se inicia com a divulgação do laudo arbitral do rei da Itália em 1904, dividindo o território da então Guiana Inglesa em 3/5 para o Reino Unido e 2/5 para o Brasil. Em 1936 é firmado o acordo de regulamentação da fronteira entre Brasil, Suriname e Guiana.

Somente em 1968 ocorre a primeira missão do Governo da Guiana de visita ao Brasil, sendo então, firmado acordo cultural e fica caracterizado o estabelecimento de relações diplomáticas, em 1971 ocorre a primeira visita de chanceler brasileiro à Guiana onde é acordado o estabelecimento de uma comissão de cooperação econômica, cooperação tecnológica e em matéria de transporte.

No desencadear dessas relações, em 1982 foi assinado em Georgetown. O Acordo para a Construção de uma Ponte Internacional sobre o Rio Tacutú, cujas expectativas datam de 1970, segundo Gehre e Gomes (2013). O projeto de construção, contudo, foi congelado por mais de duas décadas, sendo efetivado somente após a mudança de paradigma do Estado Brasileiro.



É relevante, portanto, estudar os processos políticos inerentes às relações na fronteira Brasil-Guiana que justificam os encontros e desencontros dos dois países na iniciativa integrativa, os interesses na formação de uma ponte binacional e as temáticas decisivas na conjuntura atual, assim, “*O estudo sobre a realidade espacial da regionalização transnacional na América do Sul implica reconhecer que há uma multiplicidade de fatores que se inter-relacionam como forças profundas de maneira persistente ao longo do tempo*” (MENESES, 2012) essas forças profundas permitem conhecer as causas do descongelamento do projeto da Ponte sobre o Rio Tacutú.

A ponte binacional interliga o município de Bonfim localizado no estado de Roraima, unidade da federação tradicionalmente pecuarista, à Lethem, uma pequena vila pertencente a Republica Cooperativa da Guiana, localizada a margem direita do Rio Tacutú, a 128 km de distância de Boa Vista, capital de Roraima, mais próxima do que de sua própria capital, Georgetown que se encontra a 700 km de distância, fator crucial para o acoplamento do desenvolvimento de Lethem à Bonfim no decorrer dos anos, segundo Senhoras (2013).

O princípio que rege a política externa brasileira para a Guiana é o chamado *Princípio da Não Indiferença*, através do qual o Estado se responsabiliza a fomentar a formação de solidários para resolução de problemas comuns (GEHRE E GOMES, 2013).

Essa fronteira, segundo Meneses (2012), é marcada pela porosidade e pela fluidez, especialmente após a inauguração da Ponte, em 2009, pois foi aberto um “novo corredor”, facilitando fluxos de serviços, mercadorias e pessoas. A Ponte sobre o Rio Tacutú faz parte do projeto estratégico do Arco Norte, o qual liga Roraima às capitais da Guiana, Suriname, e a Guiana Francesa ao Amapá, integrando o norte do Brasil ao Caribe e este a todo o Cone Sul.

Essa integração do Caribe ao Cone Sul fora há muito vilipendiada pelo Itamaraty, é retomada em face das necessidades de integrar toda a fronteira brasileira e valorizar a escala sub-regional para promover o desenvolvimento conjunto a partir das cidades-gêmeas (SENHORAS, 2013); de reorganização da convivência no espaço Sul-Americano pela efetiva aproximação regional; de atualização do modelo de desenvolvimento econômico e reavaliação o lugar da Amazônia na política Sul-Americana (GEHRE E GOMES, 2013).

A partir dos anos 1990, ficou nítido ao governo Brasileiro que a relação com seus vizinhos seria o principal caminho para sua inserção internacional, e a escolha da integração logística com o “Arco Norte” apresentaria um discurso de ajuda “desinteressada” guiada pelo princípio da não-indiferença, mas também abriria espaço para uma ampliação da atuação internacional do país para além do Cone Sul, expandindo sua influência para todo o Caribe,

como fora afirmado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no discurso de inauguração da Ponte:

A América do Sul está começando a encontrar respostas próprias para desafios comuns. Com a ponte sobre o Rio Itacutú, estamos incorporando a Guiana definitivamente à América do Sul. Mas essa obra também leva o Brasil ao Caribe. Estou convencido de que não haverá integração sul-americana nem latino-americana sem uma forte presença caribenha. (BRASIL, 2009).

Além da ampliação do “teatro de operações do Brasil”, Gehre e Gomes (2013) afirmam que o Brasil também vislumbrava a possibilidade de utilizar a potencialidade da República da Guiana no setor hídrico, assim como na ampliação de negócios entre os Estados e no estabelecimento de transmissão de um cabo de fibra ótica levando banda larga pra Roraima.

O governo de Fernando Henrique Cardoso, especialmente nos dois últimos anos, durante o paradigma do Estado Logístico, fortaleceu de fato a percepção de que uma América do Sul forte e unida integralmente levaria ao desenvolvimento do Brasil com sua vizinhança. Durante o processo de criação da IIRSA, em 2001, foi cada vez mais operacionalizado o discurso de planejamento de investimentos para construir uma infraestrutura que permitisse a livre-circulação entre os Estados vizinhos.

As relações bilaterais do Brasil com a Guiana a partir dos anos 1990 foram fortalecidas com a firmação de acordos básicos, memorandos de entendimento e engajamento político de ambos os lados. O projeto de construção da Ponte sobre o Rio Tacutú foi então retomado pela IIRSA no mesmo ano de sua criação, 2001, inserido num contexto de fortalecimento dos instrumentos de cooperação como a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica e as Reuniões de Presidentes da América do Sul, intensificando a integração regional na América do Sul.

Durante o Governo Lula, a Política Externa Brasileira teve como características definidoras na análise de Gehre e Gomes (2013), o desenvolvimento nacional e o processo de fortalecimento da integração regional, empenhando seus esforços para o estabelecimento de parcerias assimétricas com uma certa identidade. No ano de 2003 foi celebrado o acordo de transporte rodoviário internacional de passageiros e cargas, seguido de um novo acordo de transporte entre Guiana e Roraima em 2006; até a inauguração da ponte em 2009.

A PEB nessa época estava voltada para parcerias mais inclusivas, visando a igualdade social. Essa característica ligada à necessidade desenvolvimentista ainda presente no Estado Logístico culminou no aumento de firmação de acordos de cooperação técnica com a Guiana

e com os demais vizinhos Sul-Americanos, além da iniciativa Brasileira de promoção do Acordo de livre comércio entre o Mercosul e a Comunidade do Caribe.

Após a inauguração da ponte, foram nítidos avanços em projetos como Escolas sem Fronteiras, e principalmente de cooperação policial, as relações avançaram justamente na área que representava maior entrave para a Guiana na aproximação com o Brasil: segurança e defesa (GEHRE E GOMES, 2013).

#### **4.2. Ponte sobre o Rio Oiapoque.**

Este tópico avaliará a inauguração recente da ponte sobre o Rio Oiapoque a partir da relação histórica do Brasil com a Guiana Francesa, permitindo também a comparação com a ponte sobre o Rio Tacutú, fruto do mesmo paradigma norteador da política externa, mas que apresenta diferenças consideráveis em seus efeitos.

A Guiana Francesa é uma Região Ultraperiférica (RUP's) pertencente à República Francesa desde 1946, quando passou de colônia para Departamento Ultramar. O território passou a desfrutar de maior autonomia decisória e administrativa, além de possuir igualdade jurídica com a França a partir de 2016, quando a Guiana Francesa se tornou uma Coletividade Territorial Ultramar (SILVA e GRANGER, 2016).

Essa peculiaridade torna as dinâmicas do relacionamento na fronteira franco-brasileira diferentes das demais fronteiras com os vizinhos sul-americanos, pois a Guiana Francesa possui uma identidade mesclada entre padrões da União Européia, e as dificuldades compartilhadas com os vizinhos caribenhos e sul americanos.

Figura 6: Ponte sobre o Rio Oiapoque. Fonte: Diário do Amapá.



Fonte: <http://www.diariodoamapa.com.br/2016/11/30/ponte-do-oiapoque-sera-aberta-dia-5-provisoriamente/>

A trajetória das relações do Brasil com a Guiana Francesa foi conturbada e tensa, por se tratar de uma Coletividade Ultramar da França, de difícil inclusão em regionalismos, ainda que tardiamente, como foi o caso da República da Guiana, e também devido ao fato de se tratar da relação com um país desenvolvido que responde de forma diferenciada às dinâmicas e identidades Sul-Americanas.

A demarcação da fronteira franco-brasileira no estado do Amapá foi marcada por litígios. O tratado de Utrecht (1713), assinado entre Portugal e a França demarcaria no Rio Oiapoque a divisão da fronteira. Contudo, a tensão fronteiriça, com caráter expansionista do lado francês, segundo Silva e Rückert (2009), acarretou conflitos na área então denominada de Contestado, os quais foram cessados apenas com Laudo Suíço, fruto de inúmeras conferências que em 1900 concedeu ao Brasil a área do Contestado, situada entre o Rio Amazonas e o Rio Oiapoque.

Após a solução do conflito, houve um esvaziamento das atenções de políticas para a região, e a fronteira tinha como principal papel a pura demarcação do território brasileiro e francês, permeada por vários acordos de firmação de marcos legais como a delimitação

marítima firmada pelo Tratado de Paris em 1981. Das dezenas de acordos firmados entre as nações, o que se destaca por mudar o curso da atuação da então fronteira política foi o Acordo Quadro de 1996.

Esse distanciamento até 1996 se deu, segundo Silva e Granger (2016), por conta de diversas reformas internas como a reforma territorial da França, que concedeu mais poderes à coletividade ultramar Guiana Francesa em 1982. O lado brasileiro, por sua vez, após a nova Constituição de 1988 mudou o status do Amapá para unidade da federação, o qual passou a voltar as atenções para o fortalecimento das suas novas instituições. Os autores também apontam que a Guiana Francesa se encontrava saturada das migrações brasileiras clandestinas nesse período, mais uma razão para o afastamento.

Assim como no caso da República da Guiana, o final dos anos 1990 foi marcado pela mudança de paradigma da relação fronteiriça brasileira com a Guiana Francesa. O Acordo Quadro deu início à mudança de uma fronteira como linha divisória para uma fronteira mais cooperativa pela aproximação das nações vizinhas. Nesse mesmo ano foi celebrado o Acordo entre a União Européia e o Mercosul, sendo clara a conexão almejada não apenas entre Estados, mas também entre blocos, Silva e Ruckert (2013) afirmam que ele representa não apenas um instrumento jurídico, mas um empenho conjunto na solução de problemas comuns:

O acordo, como instrumento jurídico, forneceu um leque institucional amplo, que, além de estreitar os vínculos entre aquelas nações e mercados regionais, contemplou diversas modalidades de cooperação, (...) os países estarão sempre empenhados em favorecer os contatos políticos em todos os níveis, bem como constantemente estarão reforçando o desenvolvimento da cooperação econômica, cultural, científica e técnica. (SILVA e RUCKERT, 2013)

Lomba e Matos (2013) atribuem ao estabelecimento dos limites como ponto crucial para a eliminação da instabilidade política e que essas medidas impulsionaram a iniciativa integrativa na fronteira, e a firmação acordos de cooperação econômica, técnica e cultural como *modus operandi* da busca do governo do Amapá pela inserção na economia do Platô das Guianas<sup>12</sup> e por novas oportunidades de desenvolvimento amapaense.

Silva e Granger (2016) por seu turno, atrelam a mudança de relacionamento à nova geração de políticos dos anos 1990 e seu notório ativismo para a integração regional, tanto do lado francês, quanto do lado brasileiro e em múltiplas escalas. Essa mudança de paradigma da política externa permitiu uma nova tonalidade à fronteira em questão, de maneira mais decisiva após o Acordo Quadro.

---

<sup>12</sup> Países do Norte da América do Sul (Guiana Francesa, Suriname, Guiana e Venezuela)

O Acordo Quadro é interpretado por Silva (2008) como uma resposta do novo cenário da globalização que permeou países centrais e periféricos, a busca por uma maior fluidez comercial e o novo ordenamento territorial que conferiu maior atenção à escala local. Esta atenção também é exemplificada pela criação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira que atende à demanda de maior conhecimento das especificidades territoriais dos municípios de fronteira e está atrelado aos novos usos desta na integração física, conforme o autor.

Ainda em 1996 foi realizado o primeiro encontro transfronteiriço em Saint-Georges, onde foram discutidos projetos de encurtamento das distâncias físicas e simbólicas da nação, nesse encontro surgiu a ideia de construção da ponte binacional sobre o Rio Oiapoque para fornecer o apoio logístico necessário a aproximação dos territórios, mais intensificada entre os anos 1998 e 2001, aliado ao incentivo à pequena e média indústria, até que, com a criação da IIRSA, o projeto da ponte se torna uma realidade próxima.

Nessa conjuntura, foram realizadas mais de uma dezena de Comissões Mistas Transfronteiriças (CMTs) desde 1997 até a inauguração da ponte, em 2017. As CMTs visam a reflexão, submissão e aprovação de propostas acerca da cooperação transfronteiriça, conforme apontam Silva e Granger (2016). Essas comissões contam com a participação de representantes federais e estaduais para elaborar medidas que solucionem os entraves não apenas da formação da ponte binacional, mas da cooperação como um todo.

Em 2002 foi celebrado o Acordo de construção da Ponte sobre o Rio Oiapoque, e somente em 2009 a construção foi iniciada, o atraso na construção da obra se deu, segundo Lomba a Matos (2013) por problemas de liberação ambiental da área, descobertas arqueológicas durante a fundação das colunas de sustentação e dificuldades de fornecimento de materiais para a construção, já que as rodovias da região se encontram mesmo após a inauguração, em péssimas condições de acesso.

Tendo em vista a inserção regional da Guiana Francesa, a União Europeia (UE) formulou o Programa Operacional Amazônia (POAmazônia). A inserção estratégica da Guiana Francesa tem recebido incentivos da EU para que através do desenvolvimento regional, os fluxos migratórios das cidades mais pobres vizinhas sejam diminuídos (SILVA e GRANGER, 2016)

Tais incentivos, bem como a atuação fundamental da IIRSA, culminaram na conclusão da construção da ponte binacional no ano de 2011. Contudo, ainda foram necessários mais sete anos para que a evolução das negociações e diretrizes acerca da circulação sinalizasse

para a abertura de fato da ponte binacional, em decorrência dos desafios identitários, geopolíticos e sócio-econômicos, sempre latentes na região e de difícil superação.

A CMT de 2016 sinalizou a abertura provisória da ponte binacional para o ano seguinte, além de firmar acordos em diversos setores como segurança, educação, cooperação militar e o regime de vistos. Contudo, tem-se percebido que as propostas das CMTs têm pouca aplicabilidade, em razão da ausência de estruturas para coloca-las em prática (SILVA E GRANGER, 2016). Essa realidade tem demonstrado que os esforços dos Estados nacionais têm sido pouco eficazes.

Por fim, a ponte foi inaugurada em março de 2017, com certas limitações, permitindo apenas para veículos de passeio, e sem a presença de ministros brasileiros, contando com a presença do governador do Amapá, fato ilustrativo do destaque da cooperação descentralizada das relações transfronteiriças entre Amapá e Guiana Francesa, ambos territórios marginalizados em relação aos governos centrais, nos quais as necessidades e problemas conjuntos verificados na escala local fazem da integração uma via urgente para o desenvolvimento.

A complexidade da Ponte sobre o Rio Oiapoque se reflete na mudança radical do papel da fronteira com a mudança paradigmática da PEB, passando de uma zona de conflito, para uma fronteira modelo “sinapse”. Contudo, sua real funcionalidade ainda se encontra nebulosa tendo em vista o pouco caso que é feito da mesma pelos governos centrais, cabendo aos governos locais a formação de parcerias, cooperações técnicas e comissões mistas visando solução de problemas comuns como leis e normas francesas que impedem dificultam o comércio e o trânsito de mercadorias na região, até o momento sem o sucesso esperado, tendo em vista as potencialidades para o desenvolvimento local.

## **5. Considerações finais.**

As pontes binacionais são fruto de tendências históricas de aproximação da América Latina motivadas pela necessidade de desenvolvimento conjunto. Os períodos na periodização de Cervo (2008) apresentam um conjunto de características do cenário internacional e nacional que viabiliza uma tomada de decisão típica e condução singular da Política Externa Brasileira para a América do Sul.

Foi durante o Estado Logístico que foi criada a Integração Sul-Americana pela Infraestrutura (IIRSA), peça chave da formação das pontes sobre o Rio Tacutú e sobre o Rio Oiapoque, a iniciativa retomou o projeto congelado da Ponte sobre o Rio Tacutú e lançou

mais de dez projetos referentes a pontes binacionais no Brasil, a fim de integrar a região Sul-Americana e promover, ao menos em seu discurso, um desenvolvimento que alcance as populações locais, tendo a infraestrutura como pivô para o fluxo comercial.

Nesse sentido, foi essencial recorrer à história para avaliar o processo de negociação mediante a conjuntura geopolítica de cada período, para compreender e lidar com os desafios do presente que as novas dinâmicas e entraves que relações fronteiriças do Brasil podem apresentar.

Embora cada período influencie os tomadores de decisão em um norteamento das ações integrativas como as construções das Pontes Binacionais, objeto dessa pesquisa, eles nem sempre são capazes de prever resultados idênticos em todos os casos, sendo analisadas um pouco mais afundo as pontes sobre o Rio Tacutú e sobre o Rio Oiapoque, considerado o espaço temporal de oito anos da inauguração da primeira para a segunda, mas de apenas um ano do levantamento do projeto da IIRSA para sua construção, é possível notar a maior dificuldade de entendimento entre as partes e de maior intensidade de relações da ponte com a Guiana Francesa, dada não apenas a “confusão” de identidades da Coletividade Ultramar europeia situada na América do Sul, como também a divergência de interesses geopolíticos e de afinco brasileiro em estrutura física inerente ao projeto de integração como o melhoramento rodoviário de acesso à ponte, por exemplo.

## 6. Referências

A PONTE DA AMIZADE BRASIL-PARAGUAI (documentário). Produção de Agência Nacional. Brasília, 1965. (12 min). Disponível em: <http://catve.com/noticia/6/143186/>

BECKER, B. ; EGLER, C. **Brasil, uma Nova Potência Regional na Economia Mundo**. Editora Bertrand Brasil S.A., Rio de Janeiro, 1993.

BRASIL. **Brasil- Uruguai: os próximos 20 anos**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Presidente (2003-2011: Lula). **Discurso por ocasião de inauguração da Ponte Binacional sobre o Rio Tacutú**. 14 de setembro de 2009. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/10816-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-por-ocasio-de-inauguracao-da-ponte-binacional-sobre-o-rio-itacutu-boa-vista-14-de-setembro-de-2009>>. Acesso em: 5 jan. 2018.

BRASIL. **Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Brasília: Ministério da Integração Nacional. 2005.



CAMARGO, A. **Por Uma Leitura Mais Ampla** : A Contribuição da Historiografia nas Relações Internacionais. Revista InterAção, v.4, n.4, Rio Grande do Sul, 2013.

CERVO, A. L. **Inserção Internacional**: formação dos conceitos brasileiros. Editora Saraiva. São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. **Periodização na História da Política Externa Brasileira**. Revista do programa de pós-graduação em história da UnB, Brasília, v. 1, n. 1, p. 49-57, 1993.

\_\_\_\_\_. **Política Exterior e Relações Internacionais do Brasil**: enfoque paradigmático. Rev. Bras. Polít. Int. 46 (2): 5-25. Brasília, 2003.

CHAMON, P.; LAGE, V.. **Periodization and Modernity (ies) in International Politics through R.B.J.** Walker and Jens Bartelson. Carta Internacional vol. 10, edição especial, 2015 [p. 56 a 76].

CLIFFORD, N.J.; VALENTINE, G (Org.) et al. **Key methods in Geography**. London: Sage Publications, 2003. p. 87-100.

COSTA, W. **O Brasil e a América do Sul**: cenários geopolíticos e os desafios da integração. Confins (online), 7 ed. 2009. Disponível em: < <http://confins.revues.org/index6107.html>>

DALIO, D.; MIYAMOTO, S.. **O Brasil e a Conferência de Washington (1951)**. HISTÓRIA, São Paulo, 28 (2): 2009.

DEUTSCH, K. **Política e Governo**. trad. De Maria José da Costa, Félix Matoso Miranda Mendes. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1979.

DHENIN, M. P. P.. **La importancia estratégica de la carretera transoceánica en la Amazonia**. In: Gisela da Silva Guevara. (Org.). Geopolítica Latinoamericana: Nuevos Enfoques y Temáticas. 1ed. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2015, v. 1, p. 87-118

FAJARDO, J. **Acordo Tripartite Itaipú - Corpus**: Ponto de Inflexão entre a Disputa Geopolítica e a Política da Cooperação. Dissertação (Mestrado em ciência política).130p. Porto Alegre. UFRGS. 2004.

FERNANDES NETO\*\*, P. **A Faixa de Fronteira Internacional Norte do Brasil**: uma análise comparativa entre os dois pares de cidades-gêmeas de Roraima: Pacaraima (Brasil)/ Santa Elena (Venezuela) e Bonfim (Brasil)/ Lethen (Guiana). Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. Universidade de São Paulo, 2005.

FOUCHER, M. **Fronts et Frontières**: un tour du monde géopolitique. Paris, Fayard, 2e édition, 691, 1993.

FRIZO, G.; RIBEIRO, M .; ÁVILA, C. **Uma Terra Só**: Cultura, Interculturalidade na Fronteira entre Jaguarão, no Brasil e Rio Branco, no Uruguai. Conexões Culturais- Revista de Linguagens, Artes e Estudos em Cultura- V. 01, n. 02, p. 268-283. 2015.

GARCIA, E. **O Pensamento dos Militares em Política Internacional (1961-1989)**. Rev. Bras. Polít. Int. 40. (1): 18-40 [1997].

GEHRE, T.; GOMES, S. **Brasil, Guiana e o “Princípio da Não Indiferença”**. Revista Conjuntura Austral vol. 4, n. 5, 2013.

HURRELL, A. (1995). **O ressurgimento do regionalismo na política mundial**. Contexto Internacional, 17, V.1.

INICIATIVA DE INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA SUL-AMERICANA. **Puente Sobre El Río Takutu**. Código GUY11. Buenos Aires, 2017.

\_\_\_\_\_, **Puente Internacional Sobre El Río Oyapóck**. Código GUY 35. Buenos Aires, 2017.

Inter-American Development Bank. **Beyond Border, The New Regionalism in Latin America**. John Hopkins University Press, Washington D.C., 2002.

KOLOSSOV, V. **Theorizing Borders. Border Studies: Changing Perspectives and Theoretical Approaches**. *Geopolitics*, 10:606–6

MEDEIROS, E. **Efeito barreira e cooperação transfronteiriça na raia ibérica: impactos territoriais do INTERREG-A**. Lisboa: Centro de Estudos Ibéricos, 2011.32, 2005.

LOMBA, R., MATOS, F. **A Ponte Binacional e os Novos Arranjos Territoriais: perspectivas e dilemas da cooperação franco-brasileira (Amapá)-Guiana Francesa**. *Bol. Geogr., Maringá*, v.13, n.1, p.19-29, jan.-abr., 2013.

MARIANO, M. et. al. **A Cooperação Sul-Sul na Política Externa Brasileira dos Governos Lula da Silva e Dilma Rouseff**. 5º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais. PUC-Minas, 2015.

MAGNOLI, Demétrio. **Manual do Candidato: Política Internacional**. 3. ed. atual. e rev. – Brasília : Funag, 2004.

MARTINS, R. P. **Política Externa da Ditadura Civil Militar Brasileira: Governo Costa e Silva e as continuidades históricas na inserção internacional do Brasil**. XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis, 2015.

MEDEIROS, E. **Efeito barreira e cooperação transfronteiriça na raia ibérica: impactos territoriais do INTERREG-A**. Lisboa: Centro de Estudos Ibéricos, 2011.

MENESES, A. **Conceitos da Geografia no Estudo das Dinâmicas dos Processos Socioculturais na Fronteira Brasil-Guiana**. 1º Seminário Internacional Sociedade e Fronteiras. Universidade Federal de Roraima. Boa Vista, Roraima, 2012.

MEZA, R. **A Política Exterior do Brasil: 1990-2002**. *Ver. Bras. POLít. Int.* 45 (1): 36-71, 2002.

NOGUEIRA, J. P; MESSARI, N. **Teoria das relações internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

RICCI, R. **Zelaya: um case da nova política diplomática brasileira?** *Revista Espaço Acadêmico*, n. 101, 2009.

SAINT-PIERRE, H. **Defesa ou Segurança? Reflexões em torno de Conceitos e Ideologias**. In: *Contexto Internacional*, v. 33, p. 407-433, 2011.

SANTOS, L. **A América do Sul no Discurso Diplomático Brasileiro**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2014.

SARAIVA, M. **As Estratégias da Cooperação Sul-Sul nos Marcos da Política Externa Brasileira de 1993 a 2007**. *Ver. Brasi. Polít. Int.* 50 (2): 42-59, 2007.

SENHORAS, E. **Dinâmica Fronteiriça das Cidades-Gêmeas entre Brasil e Guiana**. *Revista Geonorte, Edição Especial 3*, v.7, n.1, p.1053-1070, 2013.

SILVA, G.V. **Usos Contemporâneos da Fronteira Franco-Brasileira:** entre os ditames globais e a articulação local. (Dissertação Programa de Pós Graduação em Geografia). 175 p. UFRGS. Porto Alegre. 2008.

\_\_\_\_\_. **Considerações sobre Dilemas Clássicos e Contemporâneos das Fronteiras e dos Limites Internacionais.** Macapá: ACTA Geográfica, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Política e Geopolítica, 2014. p.103-119.

SILVA, G.V., RUCKERT, A. **A Fronteira Brasil-França:** mudança de usos político-territoriais na fronteira entre Amapá (BR) e Guiana Francesa (FR). *Confins* (online), 7, 2009.

SILVA, G.V., GRANGER, S. **Desafios Multidimensionais para a Cooperação Transfronteiriça entre a França e o Brasil 20 Anos Depois (1996-2006).** *GEOgraphia* - Ano. 18, Nº38. 2016.

SILVA, L.. **As Redes e as Interdependências Assimétricas : a análise das relações Brasil e Bolívia através das cidades gêmeas de Brasília, Epitaciolândia e Cobija.** *Revista Formação* (online). Vol. 2 ; n. 23, p. 175-203.

SORJ, B., FAUSTO, S. **O Papel do Brasil na América do Sul:** estratégias e percepções mútuas. Plataforma Democrática. Working Paper nº12, julho de 2011.

STEIMAN, R.; MACHADO, L.O. **Limites e Fronteiras Internacionais:** uma discussão

histórico-geográfica. 2002. Disponível em:  
<http://www.retis.igeo.ufrj.br/producao/artigos/limites-e-fronteiras-internacionais-umadiscuss%C3%A3o-hist%C3%B3rico-geogr%C3%A1fica/#.WEyDzLIrLIU>

TRAVASSOS, M. **Projeção Continental do Brasil.** Companhia Editora Nacional, 3ª ed. São Paulo, 1938.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World-System Analysis.** London: Duke University Press, 2004.

WENDT, A. **Anarchy is What States Make of it:** The Social Construction of Power Politics. In *International Organization*, v. 46, nº2, 1992.

YIN, R.K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. (Trad. Daniel Grassi). 3ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.